



Acta Bioethica

ISSN: 0717-5906

info@actabioethica.cl

Universidad de Chile

Chile

Roque Junges, José

O nascimento da bioética e a constituição do biopoder

Acta Bioethica, vol. 17, núm. 2, noviembre, 2011, pp. 171-178

Universidad de Chile

Santiago, Chile

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55420909003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O nascimento da bioética e a constituição do biopoder

José Roque Junges¹

Resumo: O nascimento da bioética geralmente está associado a certas pessoas e fatos do contexto norte-americano. Mas essa é apenas a superfície da sua origem. O artigo tem o objetivo de mostrar que a bioética está ligada ao surgimento da gestão da vida pelo biopoder com suas dinâmicas biopolíticas. O caminho para alcançar esse objetivo consiste em rever autores como Foucault, Agamben, Negri e Hardt que analisaram em profundidade essas configurações que são a verdadeira causa do surgimento da bioética. Por isso o tipo de ética adequado para bioética é a hermenêutica crítica das dinâmicas biopolíticas. Ela consiste numa análise crítica da facticidade dessas dinâmicas no seu contexto sociocultural de configuração e nos discursos construídos para sua justificação através da hermenêutica em profundidade proposta por Thompson. Um exemplo concreto desse resultado é análise do direito à saúde atravessado pelos agenciamentos tecnosemiológicos e biopolíticos das empresas biotecnológicas.

Palavras-chave: bioética, biopoder, biotecnologias, hermenêutica

El nacimiento de la bioética y la constitución del biopoder

Resumen: El nacimiento de la bioética, en general, se asocia a ciertas personas y hechos del contexto norteamericano. Pero esa es solamente la superficie de su origen. El artículo tiene el objetivo de demostrar que la bioética está vinculada al surgimiento de la gestión de la vida por el biopoder con sus dinámicas biopolíticas. El camino para alcanzar ese objetivo consiste en revisar autores como Foucault, Agamben, Negri y Hardt, quienes estudian en profundidad esas configuraciones que son la verdadera causa del surgimiento de la bioética. Por eso, el tipo de ética adecuado para bioética es la hermenéutica crítica de las dinámicas biopolíticas. Ella consiste en un análisis crítico de la factibilidad de esas dinámicas en su contexto sociocultural de configuración y en los discursos construidos para su justificación a través de la hermenéutica en profundidad propuesta por Thompson. Un ejemplo concreto de ese resultado es el análisis del derecho a la salud atravesado por los resultados tecnosemiológicos y biopolíticos de las empresas biotecnológicas.

Palabras clave: bioética, biopoder, biotecnologías, hermenéutica

The birth of bioethics and the constitution of the biopower

Abstract: The birth of Bioethics is associated to several persons and facts of the North American context. But this is only the surface of its origin. The article aims to show that bioethics is linked with the emerging of the management of life through the biopower with its biopolicy dynamics. The way to reach this objective is to check the authors, as Foucault, Agamben, Negri and Hardt, who analysis deeply its configurations, which are the true cause of Bioethics. Therefore the model of ethics appropriated to Bioethics is the critical hermeneutics of the biopolicy dynamics. It consists in a critical analysis of the facticity of these dynamics in its social and cultural context and in discourses constructed to its justification through the methodology of the depth hermeneutic proposed by Thompson. A concrete example of this result is the analysis of the right to health crossed by tecnosemiological and biopolitical agencies of the biotechnology companies.

Key words: bioethics, biopower, biotechnologies, hermeneutics

¹ Doutorado em Ética teológica pela PUG, Roma Itália. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil

Correspondência: roquejunges@hotmail.com

Introdução

O surgimento da bioética geralmente está associado a pessoas e fatos. Fritz Jahr teria sido o criador da bioética ao propor, em 1927, num artigo publicado na revista *Kosmos*, uma ética de respeito a todos os seres vivos(1). Mais tarde, Van Renselaer Potter, em 1971, preocupado com a sobrevivência da vida no planeta, propôs um saber que ele chamou também de bioética(2), não se sabe se com conhecimento ou não da proposta de Jahr, integrando os conhecimentos da biologia com os valores morais. No mesmo ano de 1971, André Hellegers, preocupado com a ética médica que não dava conta de ajudar os médicos nas difíceis decisões sobre o uso ou não de biotecnologias, criou o Instituto Kennedy com o objetivo de alargar a tradicional moral hipocrática para uma ética de mais amplo respiro que ele também chamou de bioética. Assim a bioética teve, desde o seu início, duas origens, uma mais ecológica na versão de Jahr e Potter e outra mais clínica na interpretação de Hellegers.

Outros fatos são aduzidos como a publicação em 1966 do artigo de Henri Beecher sobre os abusos de médicos em relação aos pacientes em experimentos clínicos travestidos de atendimento. O fato ícone destes abusos foi o de Tuskegee em que homens negros sífilíticos e presos foram usados durante 40 anos em experimentos sobre a sífilis sem nenhum respeito pelas pessoas e com a conivência da comunidade científica, porque artigos foram publicados sobre os resultados sem que ninguém se opusesse a essa transformação de seres humanos em cobaias. A revelação desses abusos provocou uma comoção na opinião pública americana, justamente no momento em que Luther King liderava o movimento pelos direitos humanos dos negros. A reação obrigou os hospitais a publicar um código de direitos dos enfermos e o governo a criar um grupo, a conhecida Comissão Belmont, para estudar a questão da participação de seres humanos em experimentos clínicos. Depois de quatro anos essa comissão apresentou diretrizes morais que deviam pautar pesquisas com humanos, os célebres três princípios da bioética: respeito às pessoas, depois denominado de autonomia, beneficência e justiça. Essa reação diante dos abusos de médicos em atendimentos clínicos também é apresentada como causa da origem da bioética.

Mas apontar esses fatos e pessoas como a origem do surgimento da bioética é ficar na superfície da questão, porque a verdadeira causa da emergência da bioética foram as dinâmicas socioculturais e econômico-políticas de gestão da vida. O objetivo do artigo é mostrar que o surgimento da bioética está ligado à constituição do biopoder. Por isso retoma os principais autores que elaboraram o conceito de biopoder e aponta para as novas configurações das dinâmicas biopolíticas sempre mais identificadas com as grandes empresas biotecnológicas. Se o papel da bioética é explicitar essas dinâmicas biopolíticas presentes na constituição da subjetividade em saúde, então o modelo de ética correspondente a essa identidade seria o modelo da hermenêutica crítica.

Configuração do biopoder/biopolítica

Os gregos tinham duas palavras para designar a vida: *zoé* que se refere à vida biológica comum entre humanos e animais e *bios* que expressa a vida especificamente humana em sua dimensão moral e política. Até os tempos modernos a *zoé* dos humanos, isto é, a sua vida física e a sua saúde, eram assuntos privados do âmbito do *pater familiae*, não sendo preocupações da *pólis*. O âmbito público da política, ao contrário, se interessava exclusivamente pelo *bios* dos seus cidadãos.

O movimento cultural da modernidade reduziu a moral e a política a questões, por um lado, técnicas desenvolvidas por expertos e não mais por cidadãos e, por outro, privadas, porque as restringiram à questões da consciência dos indivíduos. Assim o *bios* moral e político das pessoas que, para os gregos, eram uma realidade pública passaram por um processo de privatização, porque se tornaram conteúdos da consciência subjetiva. A vida física e biológica, ao contrário, que antes eram preocupações privadas da família, passou a fazer parte do interesse público do Estado. Assim a vida que os humanos têm em comum com os animais foi integrada na soberania e no poder do Estado que começou a desenvolver estratégias políticas para a sua gestão(3). Esse fenômeno foi denominado por Michel de Foucault como biopoder e biopolítica. Este conceito foi posteriormente retomado e reinterpretado por Giorgio Agamben e por Michael Hardt e Toni Negri.

Segun do Foucault, se antes o Estado tinha o poder sobre a vida e a morte dos indivíduos, causar a morte ou deixar viver pelo poder da guerra ou da pena capital, a partir do século XVII, o poder político assumiu a tarefa de gerir a vida através da disciplina dos corpos ou dos controles reguladores das populações. Esses são os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida: a disciplina anátomo-política dos corpos individuais e a regulação bio-política das populações. O nascimento da medicina social e a consequente preocupação do Estado pela saúde pública responderam a esse objetivo. Assim, a função do poder não é mais matar, mas investir sobre a vida. A potência da morte é substituída pela administração dos corpos e a gestão calculista da vida. Para Foucault a organização do biopoder foi necessário para o desenvolvimento do capitalismo, porque era necessário, por um lado, inserir os corpos disciplinados dos trabalhadores no aparelho da produção e, por outro, regular e ajustar o fenômeno da população aos processos econômicos(4-6).

O filósofo italiano Giorgio Agamben(7,8) retoma o tema do biopoder, explicitando novas facetas de cunho jurídico e político. O que torna possível a biopolítica é a restrição da vida à sua precariedade e vulnerabilidade ou a redução do ser humano à sua vida nua. A vida na sua nudez física, incluída na gestão das biopolíticas, foi uma total novidade em relação ao mundo antigo. Essa redução da vida à sua precariedade natural cria as condições para sua inclusão na gestão do poder e possibilita a instauração do regime jurídico da exceção(8), pelo qual a lei, criada para proteger o indivíduo, é continuamente quebrada, porque o sujeito, esvaziado de sua proteção jurídica pela sua restrição à vida nua física, fica à mercê do biopoder. Assim a força de lei torna-se a força do soberano, pela qual atos que não tem valor de lei adquirem, no entanto, legitimidade pela força. Agamben(7) chama de bando essa potência da lei de manter-se na própria suspensão, isto é, de aplicar-se, desapplicando-se. O bando é a base jurídica da soberania do poder. Assim a exceção torna-se a forma originária e específica do direito e não a sanção como sempre se defendeu. A lei existe para ser quebrada, porque tem vigência sem significado. Em outras palavras, ela vigora sem significar, porque é puramente formal. Por isso, Agamben pode concluir que “essa pura forma de lei não é mais

lei, mas zona indiscernível entre lei e vida, ou seja, estado de exceção”(7:66). Aqui se encontra o cerne da tese central de Agamben sobre o biopoder que se manifesta como regime de exceção para reduzir a vida à sua nudez.

Hardt e Negri, em suas análises do Império, insistem na dimensão produtiva do biopoder, pois o exercício do poder imperial acontece num contexto biopolítico. O sujeito é produzido dentro de um processo biopolítico de constituição social. Não existe apenas um controle sobre a vida, mas o próprio contexto biopolítico em que essa vida se desenvolve é constituído pela máquina imperial. A ontologia dessa produção mudou substancialmente na nova ordem mundial, pois não se trata mais de um controle do Estado. Hoje são as grandes corporações industriais e financeiras que não só produzem mercadorias, mas também subjetividades. Produzem subjetividades agenciais dentro do contexto biopolítico, produzindo necessidades, relações sociais, corpos e mentes ou, em outras palavras produzem produtores do sistema. As indústrias de comunicação jogam um papel de destaque, como legitimadoras da máquina imperial, nessa produção de subjetividades. Como fruto desse processo integrador, o Império e seu regime de biopoder tendem a fazer coincidir produção econômica e constituição política(9).

Quais são, hoje, as manifestações e as incidências do bio-poder na saúde?

Hoje o biopoder está sendo fortalecido pelas crescentes potencialidades das biotecnologias impulsionadas pelo mercado. A gestão técnica da vida cria poderes de agenciamento que potencializam estratégias biopolíticas na sociedade. O biopoder da atual tecnologia em gerar habilidades no domínio da vida é o desafio fundamental da bioética em sua tarefa de defender e proteger a vida. Por isso não se pode entender o surgimento e o papel da bioética sem relacioná-la com as dinâmicas do biopoder e da biopolítica.

Dinâmicas biopolíticas e bioética

Enquanto o desenvolvimento da vida dependia dos acasos da evolução natural não havia problemas éticos em relação à vida. Mas no momen-

to que começa existir uma gestão biopolítica da vida, as ações correspondentes são carregadas de intencionalidades e valores sendo passíveis de avaliação ética. Assim a questão ética é introduzida no âmbito da vida quando a gestão da vida configura-se como biopoder. A bioética veio responder a essa questão. Nesse sentido, desconhecer a íntima relação dessas dinâmicas biopolíticas do biopoder com a bioética é desvirtuar e descaracterizar o seu importante papel para uma sociedade sempre mais movida pelas biotecnologias. Para que a bioética possa desempenhar a sua tarefa de ética crítica ela necessita explicitar e interpretar a presença dessas dinâmicas biopolíticas no atual contexto sociocultural(10).

Agamben termina o seu livro *Homo Sacer* dizendo que “será preciso verificar como, no interior das fronteiras destas disciplinas (política, filosofia, ciências médico-biológicas e jurisprudência), algo como uma vida nua possa ter sido pensado, e de que modo, em seu desenvolvimento histórico, elas tenham acabado por chocar-se com um limite além do qual elas não podem prosseguir, a não ser sob o risco de uma catástrofe biopolítica sem precedentes”(7:194). Agamben propõe aqui um desafio primordial à reflexão da bioética, mesmo sem citá-la.

Foucault aponta para o fato primordial do aparecimento político da gestão da vida na modernidade, condição para que a vida possa ter sido reduzida à sua nudez biológica, esvaziada de toda sua dimensão política e moral. Essas dinâmicas biopolíticas da gestão da vida são os referenciais simbólicos para a construção da subjetividade na modernidade e base para qualquer reflexão ética séria e responsável.

Por outro lado, Hardt e Negri, ao insistirem na constituição social da subjetividade num contexto imperial de biopolítica por obra das grandes corporações econômicas transnacionais, apontam para o contexto sociocultural em que as biotecnologias devem ser pensadas pela bioética.

A vida tornou-se primeiro objeto de gestão política (Foucault) que foi recebendo um embasamento jurídico no regime de exceção (Agamben) para finalmente transformar-se em mercadoria econômica por obra das grandes corporações transnacionais do mundo globalizado (Hardt/Negri).

Para que a bioética possa refletir sobre os desafios éticos dessas transformações no modo de encarar a gestão da vida, ela precisa adotar a perspectiva hermenêutica(11), superando sua redução à casuística e assumindo uma visão crítica do regime jurídico de exceção frente à precariedade da vida e dos agenciamentos socioculturais da máquina bio-econômico-política do Império global.

Em que sentido as dinâmicas biopolíticas da atual configuração do biopoder devem ser as pautas de discussão de uma bioética que se queira hermenêutica e crítica.

Bioética como hermenêutica crítica do biopoder

Para pensar uma bioética crítica é necessário colocar a questão sobre qual é o modelo de ética adequado para uma bioética hermenêutica. Os modelos de ética mais conhecidos na atualidade são: o modelo deontológico kantiano, caracterizado pela perspectiva crítica e pela fundamentação apriorística, e o modelo consequencialista utilitarista, baseado na facticidade (experiência) com uma análise pragmática não crítica.

A atual complexidade dos determinantes políticos e ideológicos das organizações e instituições de biopoder, acrescida ainda pelos condicionamentos subjetivos e socioculturais das dinâmicas biopolíticas sobre as ações humanas exigem uma ética que seja crítica a partir da análise da facticidade (experiência) da gestão da vida. Isso significa integrar dois elementos geralmente separados nas éticas modernas.

A hermenêutica de Gadamer(12,13) apresenta-se, justamente, como uma proposta crítica a partir da experiência, mas ele nunca se preocupou em sistematizar uma ética. A ética e a hermenêutica não caminharam juntas. É possível propor uma ética hermenêutica que seja crítica a partir da facticidade (experiência)?

Este é o intento de Jesus Conill, em sua obra *Ética Hermenêutica*, construir uma ética que seja crítica não numa perspectiva apriorística como em Kant, nem puramente baseada em fatos como o utilitarismo, mas crítica a partir da experiência da facticidade(14).

Entender a atual complexidade política e ideológica do biopoder com suas dinâmicas biopolíticas, transformadas em determinantes subjetivos e socioculturais, significa levar em consideração a experiência ou a facticidade desses determinantes, como referência ética para a bioética. A experiência moral acontece na interseção do referencial simbólico criado pelas dinâmicas biopolíticas com as coordenadas configuradoras da subjetividade e do contexto sociocultural. Assim a facticidade das manifestações do biopoder precisam ser interpretadas para que possa acontecer uma crítica de suas dinâmicas. Assim, a análise interpretativa das manifestações biopolíticas representa a dimensão crítica da bioética, só possível, partindo da facticidade do biopoder. Nesse sentido pode-se fazer uma hermenêutica crítica das dinâmicas biopolíticas a partir da experiência ou da facticidade do biopoder. Essa hermenêutica crítica da ação é o modelo de ética apropriado para a bioética, de modo especial na sua interface com as dinâmicas biopolíticas do biopoder.

Se a proposta de Conill é a fundamentação da possibilidade de uma ética hermenêutica que conjugue criticidade e facticidade, como acontece concreta e metodologicamente essa interpretação crítica. Aqui é necessário recorrer à metodologia da hermenêutica de profundidade de Thompson(15,16).

A hermenêutica parte do fato de que todo campo-objeto de investigação é sempre também um campo-sujeito, porque existe uma apropriação desse campo na configuração sociocultural da subjetividade. Isso acontece claramente no campo-objeto biopoder que determina a formação da subjetividade pós-moderna. Só é possível captar essa dimensão com uma hermenêutica da vida quotidiana ou da facticidade que é o ponto de partida de qualquer hermenêutica de profundidade, pois os sujeitos que fazem parte de um mundo social estão sempre inseridos em tradições históricas e socioculturais que detêm estruturas simbólicas configuradoras dos significados.

Para Thompson(15), a hermenêutica de profundidade compreende três fases ou procedimentos: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva, e interpretação / re-interpretação.

Formas simbólicas não subsistem sem condições

sociais e históricas e específicas. O objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir essas condições de produção, circulação e recepção de formas simbólicas criadoras de significados para a configuração da subjetividade. Os aspectos básicos desses contextos sociais podem ser, segundo Thompson(15): situações espácio-temporais onde formas simbólicas são produzidas; campos de interação social, instituições sociais e por fim meios científicos e técnicos que fazem circular e captar essas formas. Aplicando essa análise sócio-histórica ao fenômeno do biopoder pode-se afirmar que as análises de Foucault, Agamben, Negri e Hardt apresentadas anteriormente respondem a esse objetivo, porque explicitam as condições políticas, sociais e históricas do surgimento do biopoder.

Mas se a hermenêutica se reduzir apenas à análise sócio-histórica das estruturas sociais e políticas da configuração do biopoder, fica-se na superfície do fenômeno. Por isso tanto Foucault como Negri e Hardt tentaram entender o biopoder também como campo-sujeito. Essa é a segunda fase da hermenêutica de profundidade, segundo Thompson(15): a análise formal ou discursiva que compreende fenômenos sociais, no caso o biopoder, como construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada. Formas simbólicas são produtos de significado baseados em regras e recursos, mas elas também dizem alguma coisa sobre algo. O biopoder diz algo sobre a vida. A explicitação do dizer sobre a vida é um dos papéis fundamentais da bioética. Por isso é preciso fazer uma análise discursiva das formas simbólicas, explicitando seus padrões e suas relações de significado. Existem vários caminhos para explicitar essa discursividade: análise semiótica como estudo dos signos, análise pragmática como interpretação da linguagem corrente presente na conversação, análise sintática como gramática prática presente no dia a dia e a análise argumentativa como explicitação dos padrões de inferência dos discursos. Esse último é o mais adequado para o estudo de discursos políticos como é o caso do biopoder.

Como exemplo dessa análise discursiva do biopoder pode-se tomar o caso do direito à saúde(17).

A proliferação de tecnologias médicas sempre mais sofisticadas de diagnóstico e de terapêutica clínica e as futuras possibilidades abertas pela

medicina genômica através das terapias genéticas criam e alimentam a utopia da saúde perfeita que se transforma, aos poucos, numa ideologia de consumo. Dessa utopia faz parte pensar que um dia será possível eliminar todas as doenças pela intervenção no gene(18).

A saúde, na modernidade tardia, passou a ser mais do que cultivada; ela tornou-se uma mania cultural coletiva de saúde, chamada por Nogueira(19) de higiomania (do grego hugiês: sadio, saudável, robusto). O grande objetivo da higiomania é apartar da noção de saúde toda associação possível com doença, morte e envelhecimento. Seu narcisismo não lhe permite encarar essas contingências da vida humana. A higiomania é mais uma expressão da *hybris* moderna na pretensão de criar seres humanos imortais. Mas Nogueira se pergunta “Imortais para quê? Talvez para continuarem a ser consumidores para todo sempre”(19:71).

A realização dessa utopia acontece pelo consumo de tecnologias que oferecem a saúde. Em outras palavras, a saúde transforma-se numa mercadoria a consumir. Hoje, essa dinâmica é muito mais complexa, porque as ofertas de consumo de tecnologias prometendo saúde são simbolicamente muito mais marcantes e sofisticadas. É o que Teixeira(20) chama de agenciamentos tecnosemiológicos da produção de subjetividade em saúde. Não se trata, apenas, de consumir um produto que vende saúde, mas produzir um novo sujeito na saúde. A idéia de agenciamento aponta para o caráter de agente dos processos coletivos de produção de subjetividade, deixando de vê-los como pura exterioridade inerte em relação ao sujeito. As biotecnologias criam demandas de saúde que produzem subjetividade. Quando o autor adjetiva esses agenciamentos com uma fusão semântica de técnicas e signos, está afirmando que esses processos acontecem num meio tecnosemiológico. Esse meio determina os processos coletivos de produção cultural da subjetividade. “O que pomos efetivamente no mundo como objetos técnicos não são meramente tecnologias materiais, mas grandes sistemas compostos e complexos, indistintos e indissociáveis de técnicas e signos”(20:56).

As ofertas biotecnológicas de saúde dão origem a sistemas tecnosemiológicos complexos e potentes que são o meio cultural agenciador da nova

subjetividade sanitária com novas demandas em saúde, obrigando a repensar o próprio direito à saúde. Esse investimento simbólico das técnicas a serviço da saúde dá uma nova configuração ao biopoder, porque possibilita o surgimento de um poder agenciador de demandas a quem detém as biotecnologias, devido à ligação entre técnicas e signos que dota a mercadoria saúde de eficácia simbólica.

Se o biopoder manifestava-se, antes, como gestão calculadora, por parte do Estado, da vida biológica dos corpos e das populações, hoje o biopoder revela-se como agenciamento simbólico das técnicas a serviço da saúde por parte da empresa biotecnológica. Nos dois casos está presente o controle do biopoder. O primeiro mais direto numa perspectiva biológica e o segundo, mais sutil, de cunho consumista e simbólico. Essa nova configuração do biopoder leva a entender o direito à saúde simplesmente como acesso e consumo de tecnologias, esquecendo os determinantes sociais da saúde como um direito dos indivíduos e um dever do Estado.

Essa visão crítica das novas configurações da saúde só é possível com uma análise discursiva do biopoder, mas aponta também para a terceira fase da hermenêutica de profundidade de Thompson(15): interpretação/reinterpretação, pois essa é uma continuação daquela, embora sendo distinta. Essa continuidade aparece na própria exemplificação desenvolvida acima sobre a nova configuração da subjetividade em saúde.

A análise discursiva procede por análise e a interpretação por síntese, isto é, pela construção criativa de possíveis significados que é uma explicação interpretativa do que está sendo representado ou dito discursivamente. As formas simbólicas, por exemplo, do biopoder, representam algo. Elas dizem alguma coisa sobre algo, no caso a saúde, e é esse caráter transcendente que deve ser compreendido pelo processo de interpretação. Essa reinterpretação tem um potencial crítico dos reducionismos no modo de entender, por exemplo, as configurações da subjetividade em saúde e seu correspondente direito à saúde como direito a consumir produtos que prometem saúde como produto das formas simbólicas criadas discursivamente pelo biopoder médico empresarial.

Interpretações sempre são passíveis de conflito devido a possível não concordância com a análise, argumentação e reinterpretação sobre as quais se fundamentam. Trata-se de justificar uma interpretação, mas não de impô-la. Por isso é necessário aceitar o conflito das interpretações, fato que aponta para a necessidade de algumas exigências éticas, segundo Thompson(15).

A hermenêutica defende, antes de nada, o princípio de não-imposição que define as condições formais nas quais uma interpretação pode ser justificada. Ela exige simetria. A imposição contrapõe-se à própria dinâmica da interpretação. Por outro lado, a hermenêutica incentiva ao princípio da auto-reflexão dos sujeitos implicados naquelas formas simbólicas. A interpretação tem a intenção de provocar a reflexão dos sujeitos implicados. Tendo presente essas exigências, a interpretação em profundidade pode significar um potencial de intervenção nas circunstâncias em que as formas simbólicas são produzidas, fazendo que os sujeitos tomem consciência, vendo a si mesmos diferentemente. Essa possibilidade de transformação interpretativa da doxa ou da opinião que sustenta discursivamente uma determinada forma simbólica de compreender, por exemplo, a saúde, pode desencadear mudanças nas relações de poder e dominação presentes, por exemplo, nas configurações atuais do biopoder.

Conclusão

Os novos campos científicos surgiram no contexto da segunda ruptura epistemológica(21,22) que novamente reaproxima a ciência do senso comum rejeitado na primeira ruptura. A bioética é um desses campos. Como a segunda ruptura exige hermenêutica, porque atualmente a própria ciência tornou-se senso comum, exigindo senso crítico em relação a ela, a bioética, nascida no bojo dessa segunda ruptura, precisa assumir a hermenêutica crítica como modelo para sua ética. Do contrário ficará na superfície dos problemas éticos se a sua crítica não atingir uma análise hermenêutica em profundidade das estruturas do biopoder como configuradoras da subjetividade pós-moderna e, portanto, conformadoras das práticas quotidianas e das opiniões morais que incidem sobre o modo como a vida e a saúde são concebidas no contexto atual e como se manifesta a subjetividade em saúde. Assim a bioética assume o enfoque foucaultiano de discutir a gestão da vida como objeto político para chegar a uma emancipação da consciência e a construção de uma sociedade radicalmente democrática.

Referências

1. Jahr F. Bioethik: eine Übersicht der Ethik und der Beziehung des Menschen mit Tieren und Pflanzen. *Kosmos, Gesellschaft der Naturfreunde* 1927; 24: 21-32.
2. Potter VR. Bioethics. *Bridge to the Future*. Englewood Cliffs (NJ): Prentice Hall; 1971.
3. Rabinow P, Rose N. O conceito de biopoder hoje. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais* 2006; 24: 27-57.
4. Foucault M. *Historia da Sexualidade I. A vontade saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal; 1979.
5. Foucault M. O nascimento da Medicina Social. In: Foucault M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal; 2001: 79-98.
6. Foucault M. A política da saúde no século XVIII. In: Foucault M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal; 2001: 193-207.
7. Agamben G. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; 2004.
8. Agamben G. *Estado de exceção*. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial; 2005.
9. Hardt M, Negri T. *Império*. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Record; 2002.
10. Arán M, Peixoto Jr C. A Vulnerabilidade e vida nua: Bioética e biopolítica na atualidade. *Revista de Saúde Pública* 2007; 47(5): 849-857.
11. Junges JR. *Bioética: hermenêutica e casuística*. São Paulo: Ed. Loyola; 2007.
12. Gadamer HG. *Verdade e Método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes; 2008.
13. Gadamer HG. *Verdade e Método II: Complementos e índice*. Petrópolis: Vozes; 2007.
14. Conill JS. *Ética hermenêutica. Crítica desde la facticidad*. Madrid: Ed. Tecnos; 2006.
15. Thompson JB. *Ideologia e cultura moderna. Teoria Social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes; 2009.
16. Veronesi MV. Hermenêutica de profundidade na Pesquisa Social. *Ciências Sociais Unisinos* 2006; 42(2): 85-93.
17. Junges JR. 2009 *Direito à saúde, biopoder e bioética*. Interface: Comunicação, Saúde, Educação 2009; 13(29): 285-295.
18. Sfez L. *A saúde perfeita. Crítica de uma nova utopia*. São Paulo: Loyola; 1996.
19. Nogueira RP. Higiomania: a obsessão com a saúde na sociedade contemporânea. In Vasconcelos EM, (ed.) *A saúde nas palavras e nos gestos. Reflexões da rede educação popular e saúde*. São Paulo: Hucitec; 2001: 63-72.
20. Teixeira RR. Agenciamentos tecnosemiológicos e produção de subjetividade: uma contribuição para o debate sobre a transformação do sujeito em saúde. *Ciência e Saúde Coletiva* 2001; 6(1): 49-61.
21. Bachelard G. *La Formation de l'Esprit Scientifique*. Paris: Vrin; 1972.
22. Santos BS. *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*. São Paulo: Ed. Graal; 2003.

Recebido: 10 de abril de 2011

Aceito: 29 de mayo de 2011